

## Quem gera a desigualdade?

**FLÁVIO ROCHA**

presidente da Riachuelo e vice-presidente do IDV (Instituto para o Desenvolvimento do Varejo).

A resposta à pergunta acima é menos óbvia do que parece. O Brasil é um país desigual. Isto é fato. Porém, esse problema não vem do setor produtivo. É o Estado brasileiro quem inverte essa lógica e explora o povo mais pobre.

Vamos pensar numa hipótese, apenas como forma de especulação. Como ficaria a distribuição de renda da população se tirássemos o Estado da equação? Nesse lugar utópico, o povo não teria de arcar com 33% de carga tributária, por exemplo. O imposto pago no pão ou no celular não teria de custear super salários ou sustentar uma estrutura que não nos serve, mas se serve de todo o setor produtivo – empresas e trabalhadores.

É mais do que conhecido o problema da previdência pública. Já abordei esse tema muitas vezes. É um programa de transferência de renda às avessas. O Estado custa caro, gasta mal e regressivamente. Isto se explica pelo alto percentual que a Previdência e a

dívida pública tomam do tesouro. Sobra pouco (muito pouco) para investimentos e capacitação das pessoas por meio da educação.

Nesse sentido, o economista José Márcio Camargo não cansa de mostrar a importância da responsabilidade fiscal e das reformas no Brasil. Para se ter uma ideia, a curva de crescimento da dívida pública deverá ser invertida apenas em 2022, quando alcançar 94% do PIB. Ele lembra uma frase memorável de Margaret Thatcher: “Só existem paraísos fiscais porque existem infernos fiscais”. E ele define a situação brasileira: “O Brasil resolveu criar uma série de infernos para o crescimento: fiscal, trabalhista, tributário, regulatório, educacional, trabalhista. Todos eles precisam ser resolvidos se realmente quisermos crescer no longo prazo”.

Sem crescimento, não tem renda. Sem renda, não há o que distribuir. A prosperidade é ferida de morte nesse inferno estatal verde-amarelo. Em suas memoráveis entrevistas, Roberto Campos destacava o quanto o Estado brasileiro falhava ao tentar cumprir a sua missão básica de garantir educação básica, saúde e segurança. E

não adianta proteger demais se esse escudo gera desemprego. “Não há exclusão maior que o desemprego. Os países ditos mais protetores (ou bonzinhos) têm índices de desocupação muito maiores.”

Para os profetas da desigualdade, o economista da moda é Thomas Piketty, que vendeu mais de 1 milhão de cópias do seu livro “O Capital no século 21” afirmando que a riqueza tende a se concentrar em poucas mãos. “Essa é uma característica inevitável do capitalismo”, defende.

Porém, muitas de suas afirmações não se verificam na realidade de muitas nações. De acordo com o economista brasileiro Carlos Góes, não há nenhuma evidência empírica de que as previsões catastróficas de Piketty em relação à desigualdade devem se materializar. “Em pelo menos 75% dos países, a resposta da desigualdade aconteceu de forma oposta ao postulado por Piketty”, escreveu em seu relatório ao FMI.

Aqui nos vemos no velho embate entre igualdade e liberdade. Vale aqui mais um exercício de reflexão. O que o leitor prefere: estar em uma tribo que mal saiu no neolítico, mas estão todos iguais? Ou

estar em um lugar tão desigual quanto Manhattan? Teremos aqueles que escolheriam o ideal igualitário. Porém, democraticamente falando, não é possível obrigar os outros a viver em sua utopia. Não se trata aqui de um ideal ocidental querer esmagar grupos étnicos específicos, e que devem ter seus direitos preservados. É o fator do direito de escolha. Em uma sociedade próspera, as pessoas têm direitos iguais, mas buscam objetivos distintos.

Do ponto de vista teórico, pode até ser fácil acabar com a desigualdade. Basta subir para 90% o imposto de renda das pessoas que estão nos níveis superiores da pirâmide. O que acontece não é apenas o nivelamento por baixo, mas um achatamento da sociedade e, muitas vezes, uma transferência de renda dos mais pobres para uma elite estatal e não produtiva.

Esse modelo, porém, não se sustenta. O poder esmaga uma população empobrecida e sem perspectiva de ascensão econômica. É hora de uma revolução da eficiência. É preciso ter em mente que cada centavo pago pelo cidadão é um investimento na sociedade. E o Estado não está nos fazendo um favor prestando serviço. É a sua obrigação.